



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO**

Nova Friburgo, 13 de março de 2015

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal

Vereador Marcio Damazio

REF.: CPI DA SAÚDE

Senhor Presidente,

A missão do Legislativo, por força das disposições constitucionais e da teoria do Estado Democrático, está ligada à sua responsabilidade política de vigilância sobre os fatores que contribuem para que a máquina do Estado não seja objeto de negligência, desonestidade, incompetência, desmandos e prepotência, como destaca o Prof. Dr. José Alfredo de Oliveira Baracho: “Dentre as funções fundamentais da Câmara Municipal – de organização, de legislação, de deliberação e de julgamento -, destacam-se a de fiscalização e a de controle”, caso em tela a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.

Contudo, cabe salientar os limites do trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI, quanto ao seu poder. Ela não julga e nem aplica penas, mas sim, com seu trabalho, controla ações administrativas que possam ser deletérias a administração e ao interesse público, e informam à opinião pública, em face de irregularidades constatadas, como resultados de suas investigações em Relatório ao final dos trabalhos, que poderão ser enviados ao Ministério Público.

“Como se observa, as CPIs são ferramentas que permitem investigar e esclarecer determinados fatos ou situações da vida política, econômica e social da comunidade, em cujo seio se tem a criação, exercendo crítica aos atos governamentais, em defesa da coletividade. A fiscalização das ações do governo, da Administração Pública, enfim, é a finalidade do inquérito parlamentar, instrumento importante e eficiente que se valem os Parlamentares no exercício de sua função fundamental de controle e fiscalização,” nos ensina José Alfredo de Oliveira Baracho.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO

Também é uma ferramenta das minorias contra o poder opressor das maiorias nas Casas Legislativas. Verificando-se que cumpridos os requisitos necessários, quais sejam, prazo certo, fato determinado e assinatura de no mínimo 1/3 dos Edis ela não pode ser impedida de ser instaurada. Como afirma Pontes de Miranda: “É a arma possível da minoria contra a maioria.” Sobre os fatos determinados que ensejam este Requerimento de instauração de CPI, justificativas há aos borbotões e serão explanadas ao longo e ao final das exposições de motivos.

Portanto, após as considerações de praxe e,

No uso de minhas atribuições regimentais e valendo-me das prerrogativas de vereador, em especial nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, aliado aos artigos 48 e 49 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo – RJ, e ainda ao artigo 83, § 5º, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo – RJ, com a finalidade de apurar denúncias e irregularidades na área da saúde pública municipal, passo a expor para em seguida REQUERER:

Considerando que, desde o início do ano de 2013, venho colhendo denúncias de graves negligências no atendimento à Saúde da população, denúncias estas de iniciativas tanto dos funcionários das Unidades de Saúde do município quanto dos munícipes, bem como as veiculadas na imprensa.

Considerando as irregularidades observadas pessoalmente por este parlamentar, em visitas de vistoria e fiscalização no exercício do mandato;

Considerando que estamos acompanhando diversos casos que evidenciam uma crise na Saúde Pública de Nova Friburgo;

Considerando que esse fato não pode ser atribuído à deficiência de financiamento, sendo certo que os recursos vieram, enviados pelo Ministério da Saúde;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO

Considerando que vemos agravar o quadro de atendimento à população, com sistemática falta de insumos e medicamentos nas unidades hospitalares dos mais banais como soro, dipirona, AAS, anestésico, luvas, papel higiênico, papel toalha, álcool gel, não obstante a existência de recursos financeiros.

Considerando a falta de manutenção dos equipamentos hospitalares; o cancelamento de cirurgias; interdição do Hemocentro pela Vigilância Sanitária; medicamentos estocados em locais impróprios; veículos/ambulâncias sem manutenção; pacientes e funcionários em condições inadequadas e insalubres; enfim, um conjunto de ações que desrespeitam a dignidade da pessoa.

Tais constatações ganham força com a declaração do Vereador Christiano Huguenin que, em Sessão da Câmara do dia 13 de outubro de 2013, no espaço denominado “Hora Livre”, da Tribuna da Câmara levantou graves acusações:

“(...)Chegou o momento dessa Casa abrir uma CPI da saúde nessa cidade. Chegou o momento. Tem que desmascarar essa quadrilha que está instalada dentro desse serviço público. São verbas, são desvios de verbas, são compras superfaturadas e o dinheiro nunca chega para quem precisa. Nunca chega. Compras superfaturadas... são... são... tem... olha gente, tem motivo para tudo quanto é canto, tudo quanto é canto (grifo nosso). E a Casa na sua função fiscalizatória chegou no momento que ou toma uma atitude dessa ou porem de vir para esse microfone para falar de Saúde, pra parar com demagogia. Não adianta subir aqui para falar que tá ruim, pra falar que tá aquilo, que tem que melhorar, se nós não tomarmos uma atitude e a atitude é essa, é abrir uma CPI para punir os canalhas e os irresponsáveis que administraram essa Saúde até hoje, pra botar na cadeia quem quer tenha que colocar, a postura tem que ser essa, porque senão não se melhora a saúde nessa cidade, vamos ficar enxugando gelo quatro anos aqui, vai continuar servindo de palanque de eleger políticos aquele hospital caótico do jeito que está(....)” Hora Livre da Câmara do dia 13/10/2013 - Vereador Christiano Huguenin.

Vale salientar que o nobre vereador faz parte da base do governo na Câmara e que expressa de forma veemente a sua insatisfação com a gestão da Saúde Pública Municipal sugerindo, inclusive, que há uma quadrilha instalada na Saúde, compras superfaturadas e desvios de verbas. Se ele que é da base governista faz tal corajosa afirmação, devemos investigar.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO

Mas, além disso, valho-me de outros elementos que demonstram a fragilidade e a grave crise que precisa ser analisada, enfrentada e debelada. A título meramente ilustrativo, não exaustivo, listo alguns casos:

Em 19/04/2013, publicado no portal G1: “Hospital de Friburgo, RJ, está sem anestesista para realizar cirurgias. Pacientes esperam há mais de um mês para fazer operações. O Hospital Municipal Raul Sertã, atende a pelo menos 11 cidades”

Fonte: <http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2013/04/hospital-de-friburgo-rj-esta-sem-anestesista-para-realizar-cirurgias.html>

Em 14/03/2014 publicado no portal G1: “Secretário de Saúde de Friburgo, RJ, é exonerado após problemas na UPA. Anúncio foi feito pelo prefeito Rogério Cabral nesta quinta-feira (13). Vereador Luiz Fernando Azevedo Silva assume posto de Eduardo Moioli.”

Fonte: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2014/03/secretario-de-saude-de-friburgo-rj-e-exonerado-apos-problemas-na-upa.html>.

Em 04/04/2014 publicado no portal G1: “Medicamentos estão em falta no Hospital Municipal de Friburgo, no RJ. Mesmo problema acontece no Posto de Saúde Sylvio Henrique Braune. Em Campo do Coelho, a dificuldade é na marcação de consultas.”

Fonte: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2014/04/medicamentos-estao-em-falta-no-hospital-municipal-de-friburgo-no-rj.html>

Em 03/06/2014, publicado no Jornal A Voz da Serra: “Farmácia do Hospital Raul Sertã denunciada no Ministério Público. Na última sexta-feira, 30, o vereador Cláudio Damião apresentou representação no Ministério Público Estadual contra o Município de Nova Friburgo, em decorrência de “negligência no armazenamento dos medicamentos na farmácia do Hospital Municipal Raul Sertã”. A denúncia baseia-se em constatações feitas durante vistoria realizada no dia 13 de maio, registradas em imagens. “São centenas de caixas de remédios estocados em locais com umidade, mofo, reboco caindo. Enfim, uma potencial ameaça de contaminação aos pacientes da unidade, uma vez que a farmácia fica localizada na parte central do hospital”, argumentou Cláudio Damião.””



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO**

Fonte: <http://www.avozdaserra.com.br/noticia/26825/farmacia-do--hospital-raul-serta-denunciada-no-ministerio-publico>

Em 03/06/2014, publicado no Jornal A Voz da Serra: “Câmara investiga denúncias de mortes no hospital por falta de energia elétrica. Na última segunda-feira, 26, o parlamentar foi informado de que três pacientes internados em Unidade de Tratamento Intensivo, que respiravam com a ajuda de aparelhos, teriam morrido em decorrência da falta de energia elétrica. Conforme as denúncias, o gerador de emergência não funcionou e também não havia no-breaks que pudessem manter os aparelhos funcionando. Diante do apresentado, o vereador entrou com pedido de informação ao Executivo”.

Fonte: <http://www.avozdaserra.com.br/noticia/26825/farmacia-do--hospital-raul-serta-denunciada-no-ministerio-publico>

Em 16/10/2014, publicado no Jornal A Voz da Serra: “Por problemas de esterilização, cirurgias estão suspensas no Raul Sertã. A suspensão das cirurgias seria consequência de dificuldades na Central de Esterilização, graças a problemas com equipamentos de autoclave”.

Fonte: <http://avozdaserra.com.br/noticia/27972/por-problemas-de-esterilizacao-cirurgias-estao-suspensas-no-raul-serta>.

Em 10 de fevereiro de 2015, publicação do jornal A Voz da Serra, “cujo título: “Quase quatro meses sem insulina – Pacientes dos SUS não têm conseguido medicamentos desde novembro do ano passado.” Tal matéria demonstra o sofrimento a que são submetidos aqueles que dependem de insulina.

Fonte: <http://www.avozdaserra.com.br/noticia/29033/pacientes-do-sus-nao-tem-conseguido-medicamento-desde-novembro-do-ano-passado>

Quase quatro meses sem insulina

Pacientes do SUS não têm conseguido medicamento desde novembro do ano passado

Karine Knust

“Os portadores de diabetes receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde - SUS, os medicamentos necessários para o tratamento de sua condição e os materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar.” Este é o artigo primeiro da Lei Federal nº 11.347, publicada em setembro de 2006, que assegura a distribuição gratuita de insulina e fita para medição de glicemia a pacientes diabéticos atendidos pelo SUS. No entanto, em Nova Friburgo, quem precisa da prestação desse serviço tem tido dor de cabeça. Isso porque, desde novembro do ano passado, uma das insulinas indicadas para o tratamento do diabetes tipo 1 e as fitas necessárias para o controle da doença estão falta na farmácia anexa ao Hospital Raul Sertã, onde é realizada a distribuição.

Márcia da Costa Pereira de Jesus é a atual presidente da Associação dos Diabéticos de Nova Friburgo (Adinf) e mãe de Gustavo, diagnosticado com a doença aos oito anos de idade. Para ela, que também utiliza o Sistema Único de Saúde para adquirir medicamentos para o filho — hoje com 14 anos —, a situação está cada vez mais complicada. “Meu marido foi

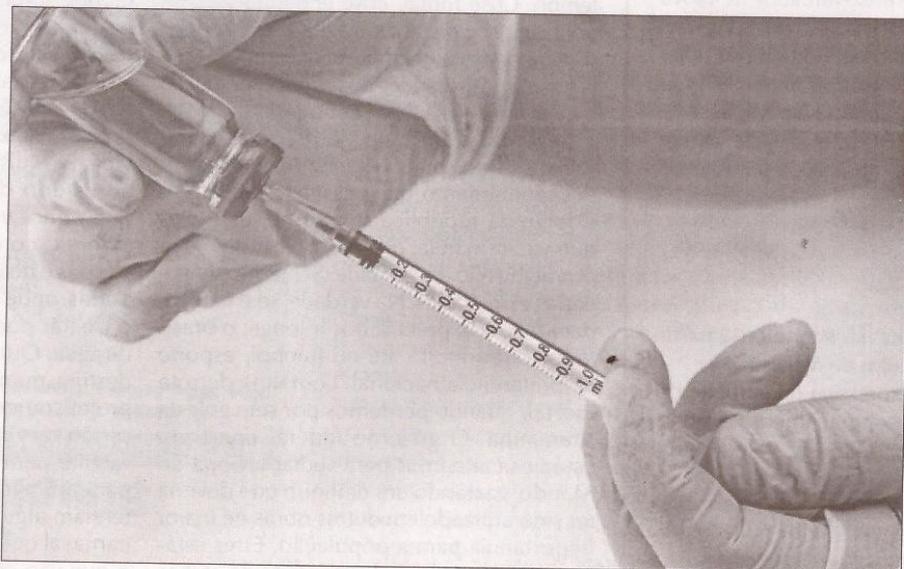
essa manhã [9/02] para ver se conseguia a insulina e as fitas e a atendente da farmácia falou que, além de não ter, não há previsão para chegar. Nunca ficamos tanto tempo sem a distribuição do medicamento”, afirma Márcia, que também explica que por causa deste transtorno muitas famílias que fazem parte da Adinf têm diminuído os testes glicêmicos diários. “Uma caixa de fitas dura dez dias. No caso de crianças e adolescentes, por exemplo, os testes devem ser feitos, em média, cinco vezes por dia. Sem as fitas necessárias, muitos pais têm diminuído a quantidade de testes. E isso prejudica, e

muito, o tratamento. Além disso, a insulina que está faltando é mais eficaz e menos dolorosa. Voltar para o tratamento com outras insulinas é um retrocesso para os pacientes”.

De acordo com Márcia, a ampola da insulina que está em falta no SUS dura uma semana e chega a custar, em média, R\$ 95. Já um pacote com 50 fitas custa cerca de R\$ 65 e dura dez dias. Sem a distribuição gratuita, em um mês, os gastos chegam a R\$ 575. Descontentes com a falta de respostas concretas sobre a causa do problema e o prazo para a normalização da distribuição, a presidente da Adinf

afirmou ainda que um grupo de pessoas irá se reunir essa semana para fazer uma denúncia ao Ministério Público.

Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde informou que “a tira para medir glicemia está com estoque reduzido, porém ainda disponível para o atendimento nos postos. A licitação ocorrerá ainda em fevereiro. A insulina tipo Lantus será entregue nos próximos dias pelos fornecedores. Vale ressaltar que ela não faz parte da Remume (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais), entretanto é fornecida pelo Município, na Farmácia Complementar”.





**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO**

Em 07/11/2014 publicado no portal G1: “Vigilância Sanitária Estadual interdita Hemocentro de Nova Friburgo, no RJ. Local está interditado desde quinta-feira (6), por falta de documentos.”

Fonte: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2014/11/vigilancia-sanitaria-estadual-interdita-hemocentro-de-nova-friburgo-no-rj.html>

Por conseguinte, no exercício da vereança, venho cobrando explicações e providências do Poder Público, a partir de requerimento de informações, convocação do Secretário Municipal para prestar esclarecimentos em Sessão da Câmara (proposta rejeitada por maioria dos vereadores), ofícios e demais providências similares. Contudo, até a presente data, não houve respostas objetivas às diversas indagações formuladas.

Ressalto algumas, para o fim de fundamentar de maneira robusta, além dos acima listados, os motivos que consubstanciam o presente Requerimento de Instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.

01 - INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇO DE ATENÇÃO BÁSICA:

No dia 14 de maio de 2013 protocolei o Requerimento de Informações 49/2013 acerca dos Agentes Comunitários de Saúde vinculados à Fundação Municipal de Saúde nos anos de 2011, 2012, 2013. (ANEXO I - fls. 00 à 14).

Resposta omissa e tangente: apenas o item “a” foi respondido. Na relação da Prefeitura enviada em resposta ao Requerimento de Informações nº 049/2013 consta que existem apenas 83 Agentes Comunitários de Saúde (ANEXO I - fls. 04, 05 e 06). No entanto, no Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS do Ministério da Saúde, consta que existem 138 credenciados, mas apenas 75 implantados para um teto de até 458 agentes que poderíamos ter Além da discrepância entre a informação prestada pelo Poder Executivo Municipal e o relatório do Ministério da Saúde, verifica-se que Nova Friburgo está muito aquém daquilo que poderia implementar. O mesmo ocorre com o Programa de Equipes de Saúde da Família, existem 24 credenciadas, apenas 13 cadastradas no sistema, sendo que o teto são 92 equipes. (ANEXO I - fl. 07)



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO**

Como resultado, vemos Nova Friburgo apresentar resultados pífios na cobertura da população com os serviços de Atenção Básica, sobretudo se comparado com municípios vizinhos. De acordo com estimativas do Ministério da Saúde, com o programa de Agentes Comunitários de Saúde, Nova Friburgo cobre 28,22% da população, enquanto Petrópolis cobre 53,21%, Bom Jardim, Cordeiro e Sumidouro cobrem 100%. Já com as Equipes de Saúde da Família, Nova Friburgo cobre 33,86%, Petrópolis 48,76%, Cordeiro 83,31%, Bom Jardim e Sumidouro 100%. (ANEXO I - fls. 07, 08, 09, 10 e 11)

Ainda de acordo com dados do Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS referentes ao 4º bimestre de 2014 (último período entregue pelo município de Nova Friburgo) ao Ministério da Saúde, verifica-se que apenas 5,11% do orçamento da Saúde do município foi utilizado em Atenção Básica, sendo a maior parte dos recursos direcionada a Assistência Hospitalar e Ambulatorial, 90,57%. (ANEXO I – fls. 12 e 13)

02 - INFORMAÇÕES ACERCA DE TRÊS ÓBITOS CAUSADOS POR FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA NO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ:

Em 04 de junho de 2014 protocolei o [Requerimento de Informações](#) 154/2014, no entanto ele não chegou a ser enviado ao Poder Executivo, pois os vereadores da base de governo, que compõem a maioria da Câmara de Vereadores, recusaram a proposição (ANEXO II – fls. 01 à 05). Contudo, foi deixado anonimamente em meu gabinete a cópia do Livro de Registro de ocorrência do setor do Hospital Raul Sertã. Nele está descrito a falta de energia na referida data e o óbito concomitante da paciente que estava ligado ao aparelho de oxigênio, que teria deixado de funcionar. (ANEXO II – fls. 06, 07 e 08) Considerando a negativa ao Requerimento de Informação por parte da base de governo na Câmara e, portanto, sem acesso ao Livro de Ocorrência das outras unidades, não seria possível supor que outras mortes teriam ocorrido?

03 - INFORMAÇÕES ACERCA DAS AMBULÂNCIAS E DEMAIS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO

Em 05 de agosto de 2014 protocolei o Requerimento de Informações 173/2014 e em 09 de fevereiro de 2015, cerca de 6 meses depois, o Executivo enviou resposta através do Ofício PGM.MP N°. 93/2015. Da análise dos documentos verificou-se diversos casos de atraso de licenciamento junto ao Detran, tem caso em que a ultima vistoria foi há dez anos. Tão pouco houve informação sobre a manutenção preventiva dos veículos que fazem o transporte de doentes e pacientes (ANEXO III – fls. 01 a 16)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
DETRAN - RJ CONSULTA AO CADASTRO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULOS (VIA INTERNET)			
PLACA	COD. RENAVAM	ANO DO ÚLTIMO LICENCIAMENTO	
***	*****	2009	
NOME/ENDEREÇO SECRET			
CPF/CGC		PLACA	
*****		LPG8890	
PLACA ANT./UF		DANOS	
LPG8890		*****	
ESPECIE TIPO PASSAGEIRO		COMBUSTIVEL DIESEL	
MARCA/MODELO RENAULT/M REVECAP L3H2		ANO FAB.	ANO MOD.
		2008	2009
CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
16 / 114 / 2463	OFICIAL	BRANCA	
COTA UNICA		VENC. COTA UNICA	VENC./COTAS
*****		*****	1ª *****
FADA (P.V.A.)		PARCELAMENTO/COTAS	2ª *****
*****		*****	3ª *****
PRÊMIO LÍQUIDO(R\$)		ISOF	PRÊMIO TOTAL(R\$)
*****		*****	*****
DATA DE PAGAMENTO *****			
OBSERVAÇÕES			

04 - INFORMAÇÕES ACERCA DOS PROFISSIONAIS MÉDICOS:

Em 21 de outubro de 2014 protocolei o Requerimento de Informações 203/2014 e em 09 de fevereiro de 2015 o Executivo enviou resposta através do Ofício PGM.MP N°.077/2015. Da análise do documento verifica-se diversas pendências. Não foram respondidos, por exemplo, os itens sobre o controle de faltas, atrasos e presença dos profissionais médicos, tão pouco a jornada de trabalho da maioria dos servidores (ANEXO IV – fls. 01 a 26).

05 - INFORMAÇÕES ACERCA DO NÃO CUMPRIMENTO DAS LEIS MUNICIPAIS DE TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO**

O Requerimento Informações nº 197/2014 foi aprovado pela Casa Legislativa por unanimidade, enviado ao Executivo em 25 de setembro de 2014, contudo, até a presente data não houve resposta. (ANEXO V - fls. 01 à 05) Dentre as leis municipais que não estão sendo cumpridas, destaco a Lei 4012 de 07 de janeiro de 2012, que obriga o Poder Executivo a divulgar um série de informações sobre a Gestão da Saúde Pública. (ANEXO VI fls. 01 e 02)

06 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPRA DE MEDICAMENTOS E INSUMOS:

Em 15 de abril de 2014 protocolei o Requerimento de Informações 138/2014. (ANEXO VII fls. 01, 02 e 03) As respostas foram omissas e ao invés de trazerem luz, geraram mais dúvidas sobre os processos de aquisição de medicamentos e insumos. Não foram enviadas, por exemplo, as cópias das notas fiscais dos medicamentos adquiridos, tão pouco qualquer documento que comprove a entrega dos itens.

No ofício 045/2015 – Gabinete da SMS, assinado pelo Secretario Municipal de Saúde, Dr Luiz Fernando Azevedo Silva (ANEXO VII - fl. 04) , ele informa os processos licitatórios abertos pela Fundação Municipal de Saúde para o fornecimento de medicamentos nos últimos 12 meses, chama atenção que muitos insumos foram adquiridos em fevereiro de 2014 em quantidade para apenas 4 meses (ANEXO VII – fls. 05, 06 e 07) e não há qualquer outro processo de compra para suprir as demandas ao longo de todo ano de 2014. Daí, verificamos diversos casos de medicamentos que embora tenham sido adquiridos em fevereiro de 2014, no início do mês de novembro estavam em falta. São os casos de AMITRIPTILINA (CLORIDATO DE) 25mg, TIAMINA (CLORIDATO DE) 300mg e DEXCLORFERINAMINA (MALEATO DE) 2mg (ANEXO VII - fls 08 e 09)

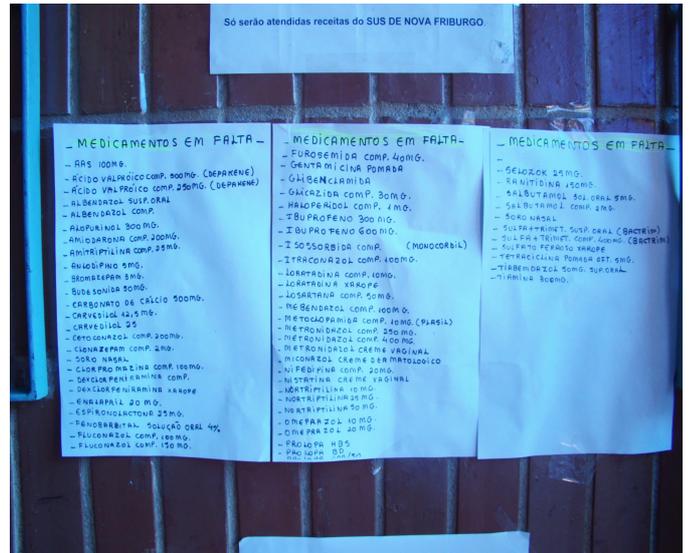
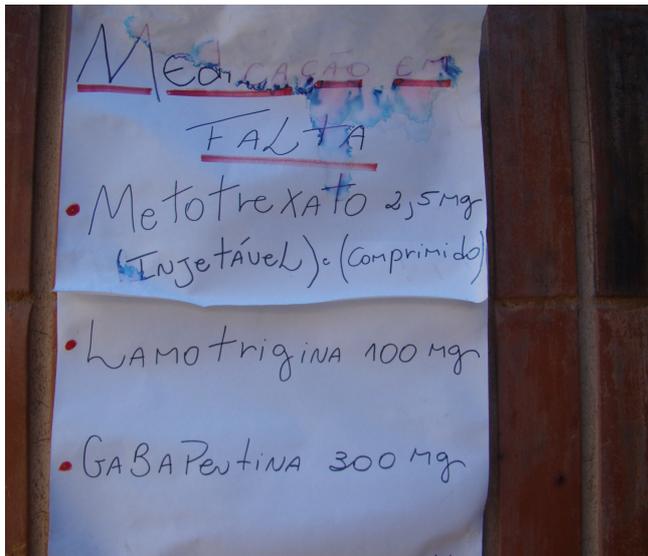
Por outro lado, se contrastar os medicamentos adquiridos para o período de 12 meses com aqueles que estão na lista de medicamentos em falta, fixada na fachada da farmácia de distribuição do Hospital Raul Sertã em 07 novembro de 2014, verifica-se vários casos de produtos que tiveram compra formalizada, mas não estão disponíveis para os pacientes, segue abaixo alguns exemplos:

Na Ata de Registro de Preço nº 058/2013 do dia 08 de janeiro de 2014, referente ao Processo nº 0821/2013 consta a aquisição de ÁCIDO VALPRÓICO 250mg e de



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO**

CLONAZEPAM 2mg para suprir a necessidade da Fundação Municipal de Saúde durante o período de 12 meses (ANEXO VII – fl. 10) no entanto em visita à farmácia do HMRS no dia 07 de novembro de 2014, ambos medicamentos estavam listados como em falta em lista fixada no local. (VER FOTO ABAIXO)



07 - INFORMAÇÕES SOBRE DA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA IDG INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL S.A., POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NO VALOR DE 2.021.993,32 (Dois milhões vinte e um mil novecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos.):

No dia 25 de maio de 2013 protocolei o [Requerimento de Informações 83/2013](#) que foi recusado pela maioria dos vereadores. (ANEXO VIII - fls. 01 à 06)

Em 22 de agosto , com a mesma finalidade, direcionei como cidadão, com base na Lei de Ação Popular e na Constituição Federal de 1988, um REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS ao Secretário de Fazenda Dr. Juvenal Nestor Condack, protocolado sob nº Processo 017020/2013. Ainda enviei Requerimentos datados de 09/09/2013 e 19/09/2013 com a solicitação da emissão de certidão que justifique a negativa em oferecer as informações. Até a presente data não houve resposta. (ANEXO IX - fls. 01 à 15)



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO

No dia 06 de maio de 2014 protocolei o Requerimento de Informações 143 solicitando, novamente, informações sobre o contrato. No dia 26 de junho de 2014, finalmente, houve uma resposta. No entanto, ao invés de esclarecedora, trouxe mais indagações.

Como relatório dos serviços prestados foi enviado somente um “DIAGNÓSTICO PRELIMINAR” apresentado pela IDG com recomendações genéricas que não atendem ao estipulado no Contrato (ANEXO X – fls. 01 à 16) firmado com a Prefeitura e muito menos justificam um serviço total no valor de R\$ 2.831.040,67.

Na mesma linha de atuação parlamentar, o vereador Zezinho do Caminhão, após realizar um amplo trabalho de investigação e apontar diversas suspeitas de irregularidades na Saúde Pública de Nova Friburgo, formulou em 13 de março de 2014 um REQUERIMENTO, onde pretendia a INSTAURAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI. (ANEXO XI – fls. 01 à 26).

Importante ainda anexar ao presente, o Relatório da visita da COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA DO CMS/NF, realizada ao Hospital Maternidade em 03/12/2014, bem como o registro fotográfico, e no dia 08/12/14 com o membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal (ANEXO XII – fls. 01 à 14).

Além disso, vale destacar os ofícios 017/15, datado de 25/02/15, 023/15, datado de 04/03/15, 032/15 datado de 11/03/15 e 034/15, datado de 13/03/15, que relacionam 56 (cinquenta e seis casos) casos de falta de medicamentos, cirurgias diversas que não foram realizadas, exames de endoscopia que não são marcados, ultrassonografia, tomografia, ultravaginal, e tantos outros casos não atendidos. Tais ofícios foram protocolados na Secretaria Municipal de Saúde (ANEXO XIII– fls. 01 à 14)

Dos Requisitos para a Instauração da CPI



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO

Do cumprimento das regras constitucionais temos os requisitos formais, temporais e substanciais, quais sejam: o Requerimento (ao menos 1/3 de assinaturas), prazo certo e fato determinado.

Do Requerimento

O número de assinaturas no requerimento de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (mínimo de 1/3) é para que a minoria tenha possibilidade de fiscalizar e investigar a maioria.

Do Prazo Certo

Prazo certo significa que o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito não pode se prolongar irrestritamente no tempo. Embora estabelecido o prazo, esse pode ser alvo de prorrogação, quando requerido.

Do Fato Determinado

Quanto a este último, para que não paire dúvidas da justeza da proposta de instauração da CPI da Saúde, vale destacar:

Fato determinado é requisito para a criação de Comissão Parlamentar de inquérito. O §3º do art. 58, da Constituição de 1988, impõe que as CPI serão instituídas para apuração de “fato determinado”. A constituição não indica o que venha a ser fato determinado, porém, o regimento da Câmara dos Deputados, em seu art. 35, conceitua fato determinado como sendo:

“Art. 35. Fato determinado é o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.” (disponível em: www.camara.gov.br, em 06/05/07).



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO**

Com relação a este requisito vemos a explanação do renomado autor Pinto Ferreira:

“Na constituição vigente (art. 58, §3º), as comissões parlamentares de inquérito são criadas ‘para apuração de fato determinado’. O fato determinado deve possuir uma característica própria, a fim de não incidir em rota de colisão com outros dispositivos constitucionais. Tais fatos podem ser especificados como aqueles referentes à ordem pública, política, econômica, social, bem determinados e caracterizados o próprio requerimento de sua constituição deve ser um fato objetivo, claro, preciso, determinado. (FERREIRA, Pinto. Comentários à constituição brasileira, vol. 3, Saraiva p. 125.)”

Porém o requisito fato determinado não pode ser encarado como uma restrição ao direito de instauração de comissão investigativa (grifo nosso), neste sentido leciona Alaor Barbosa:

“A locução ‘fato determinado significa antes de uma necessidade de fundamentação da criação de uma determinada comissão congressual de inquérito, do que uma restrição da matéria objeto de investigação. (BARBOSA, Alaor. CPI e Constituição: um caso concreto. Revista de informação legislativa do Senado Federal, nº 100, 1988, p. 94).”

A Lei n. 1.579/52 limita-se a afirmar que as comissões parlamentares de inquérito terão ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar os fatos determinados que deram origem à sua formação, não se preocupando em delimitar conceitualmente o que sejam estes fatos determinados e, no art. 5º, § 1º, admite que o objeto da investigação possa recair sobre fatos múltiplos, diversos, hipótese em que dirá a comissão, em separado, sobre cada um deles.

Do Pedido

Considerando os fatos elencados acima e apontados de forma preliminar, em que tornam-se flagrantes diversas irregularidades na gestão da saúde pública de Nova Friburgo – RJ por parte do Poder Executivo, cuja gestão iniciou-se em 1º de janeiro de 2013,



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO

implicando na falta de medicamentos (ANEXO XIII – fls. 01, 02 e 03 - fotos lista remédio) e insumos hospitalares básicos, tanto no Hospital Raul Sertã quanto nas Unidades de Saúde; veículos e ambulâncias sem vistoria e sem manutenção, que não deveriam estar circulando, pondo em risco a vida dos pacientes, motoristas e equipes de socorro (ANEXO XIV – fls. 01, 02); interdição do Hemocentro; filas de meses para atendimentos/procedimentos cirúrgicos; falta de controle de ponto (horário) dos profissionais médicos; falta de manutenção dos equipamentos médicos/hospitalares no Hospital Raul Sertã, Maternidade Mário Dutra de Castro, Policlínicas e Unidades/Postos de Saúde; não entrega ao Ministério da Saúde do Relatório sobre Receitas e Despesas no ano de 2014; não esclarecimento sobre possíveis mortes de pacientes por falta de energia elétrica na UTI do HMRS; linhas telefônicas cortadas em Unidades de Saúde por falta de pagamento, dentre outros.

Considerando a não prestação de informações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como na Lei Orgânica Municipal, notadamente as respostas pendentes e insatisfatórias aos inúmeros requerimentos de informação.

Considerando os fortes indícios de irregularidades na gestão dos programas do SUS, considerando que tratam-se de fatos determinados e objetivos, venho **REQUERER** a instauração IMEDIATA de uma **Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias**, que poderá ser eventualmente prorrogado, caso assim recomende o interesse público, a fim de que sejam apuradas e investigadas as possíveis irregularidades, bem como omissões, negligências e responsabilidades de agentes políticos, públicos e de terceiros, nos processos de aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, na falta de respostas claras e objetivas aos diversos Requerimentos de Informação, no atendimento e na prestação dos serviços à população, na manutenção das instalações das unidades de saúde e hospitalares, dos equipamentos médicos/hospitalares e da frota de veículos das unidades públicas de saúde do município, e na gestão dos recursos humanos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo no período de janeiro de 2013 até a presente data e, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO DAMIÃO

Sem mais, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos, na expectativa que tal iniciativa tenha o apoio de todos os vereadores despeço-me cordialmente,

Cláudio Damião
Vereador – PT

Alcir Fonseca
Vereador

Sérgio Louback
Vereador

Christiano
Huguenin
Vereador

Samuel Gracini
Vereador

Francisco de
Barros
Vereador

Gabriel Mafort
Vereador

Grimaldino
Narcizo
Vereador

Gustavo Barroso
Vereador

Joelson do Pote
Vereador

José Jacutinga
Vereador

Marcelo Verly
Vereador

Márcio Damázio
Vereador

Nami Nassiff
Vereador

Professor Pierre
Vereador

Renato Abi-
Ramia
Vereador

Ricardo Figueira
Vereador

Adriano
Pequeno
Vereadora

Ceará
Vereador

Wellington
Moreira
Vereador

Zezinho do
Caminhão
Vereador